

Critérios	Pontuação atribuída
2 — Nota do curso Superior de Enfermagem	20
2.1 — Superior a 16 valores	20
2.2 — De 14 a 16 valores	15
2.3 — Inferior a 14 valores	10
3 — Experiência profissional (relevam para efeitos de pontuação neste critério o somatório dos itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6)	20
3.1 — Tempo de exercício profissional	4
3.1.1 — Superior a 5 anos	4
3.1.2 — De 2 a 5 anos	3
3.1.3 — Inferior a 2 anos	2
3.2 — Com experiência em Cuidados de Saúde Primários /ACES	3
3.2.1 — Superior a 3 anos	3
3.2.2 — De 1 a 3 anos	2
3.2.3 — Inferior a 1 ano	1
3.3 — Com experiência em Cuidados de Saúde Primários /ACES Península Setúbal II	4
3.3.1 — Superior a 2 anos	4
3.3.2 — Inferior a 2 anos	3
3.4 — Com experiência em Outros Serviços	2
3.4.1 — Superior a 2 anos	2
3.4.2 — Inferior a 2 anos	1
3.5 — Descrição e fundamentação das actividades desenvolvidas (0,5 pontos por actividade. — pontuação máxima atribuível 5 pontos)	5
3.6 — Outras experiências relevantes — Participação em grupos de trabalho /projectos /programas (0,5 pontos por participação — pontuação máxima atribuível 2 pontos)	2
4 — Formação profissional (relevam para efeitos de pontuação neste critério o somatório dos itens 4.1 e 4.2)	20
4.1 — Como formador — 5 pontos por acção de formação — pontuação máxima atribuível 10 pontos)	10
4.2 — Como formando — 2 pontos por acção de formação — pontuação máxima atribuível 10 pontos)	10
5 — Apresentação curricular (relevam para efeitos de pontuação neste critério o somatório dos itens 5.1, 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5)	20
5.1 — Documento redigido a 1,5 espaços, Arial 11	2
5.2 — Anexos correctamente referenciados no texto	2
5.3 — Número máximo de folhas — 15 folhas excluindo anexos	4
5.4 — Descrição cronológica dos factos ocorridos	2
5.5 — Correcta utilização da linguagem técnico-científica	10

203553092

**Aviso n.º 15694/2010**

**Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 20 postos de trabalho destinados a enfermeiros, no âmbito regional ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP, Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures.**

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Despacho da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, de 23 de Julho de 2010, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicação no *Diário da República*, procedimento concursal de ingresso, tendo em vista o preenchimento de 20 postos de trabalho para a categoria de enfermeiro da carreira de enfermagem, na modalidade relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures.

1 — Descrição sumária das funções inerentes aos postos de trabalho a ocupar e perfil de competências

1.1 — Descrição sumária das funções inerentes aos postos de trabalho a ocupar: Prestação de cuidados de enfermagem, gerais ou especializados, em situação de doença aguda e crónica, na unidade de saúde, no domicílio ou no local de trabalho do utente. Vigilância, promoção da saúde e prevenção da doença, nos diferentes ciclos de vida, ao indivíduo, família, grupos e comunidade. Actividades de gestão, investigação e ensino, na área de enfermagem. Integração em parcerias da comunidade.

1.2 — O conteúdo funcional da categoria de enfermeiro é inerente às respectivas qualificações e competências em enfermagem, compreendendo plena autonomia técnico-científica, nomeadamente, quanto a:

a) Identificar, planear e avaliar os cuidados de enfermagem e efectuar os respectivos registos, bem como participar nas actividades de planeamento e programação do trabalho de equipa a executar na respectiva organização interna;

b) Realizar intervenções de enfermagem requeridas pelo indivíduo, família e comunidade, no âmbito da promoção de saúde, da prevenção da doença, do tratamento, da reabilitação e da adaptação funcional;

c) Prestar cuidados de enfermagem aos doentes, utentes ou grupos populacionais sob a sua responsabilidade;

d) Participar e promover acções que visem articular as diferentes redes e níveis de cuidados de saúde;

e) Assessorar as instituições, serviços e unidades, nos termos da respectiva organização interna;

f) Desenvolver métodos de trabalho com vista à melhor utilização dos meios, promovendo a circulação de informação, bem como a qualidade e a eficiência;

g) Recolher, registar e efectuar tratamento e análise de informação relativa ao exercício das suas funções, incluindo aquela que seja relevante para os sistemas de informação institucionais na área da saúde;

h) Promover programas e projectos de investigação, nacionais ou internacionais, bem como participar em equipas, e, ou, orientá-las;

i) Colaborar no processo de desenvolvimento de competências de estudantes de enfermagem, bem como de enfermeiros em contexto académico ou profissional;

1.3 — Perfil de competências: Experiência profissional comprovada no contexto dos serviços que integram a rede de cuidados de saúde primários, no mínimo de 2 anos, que tenha permitido adquirir conhecimentos nas matérias relacionadas com as actividades a desenvolver na integração em equipas multidisciplinares, unidades de saúde familiar; unidades de cuidados de saúde personalizado, unidades de cuidados na comunidade.

2 — Índice remuneratório

De acordo com o cabimento orçamental autorizado, o vencimento é de €1.020,06 (mil e vinte euros e seis cêntimos), que corresponde, actualmente, à remuneração prevista para ingresso na categoria de enfermeiro.

3 — Local de trabalho

As funções serão exercidas nas instalações do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures.

4 — Condições de trabalho

As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas.

5 — Legislação aplicável

O presente concurso rege-se pelas disposições contidas no Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, pelos artigos 18.º a 57.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 411/99, de 15 de Outubro, este último rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 23-B/99, de 31 de Dezembro, pelas disposições constantes da Lei

n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho e do Código do Procedimento Administrativo.

#### 6 — Âmbito de recrutamento

Nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do Despacho n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e do Despacho de concordância n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, só podem ser admitidos ao presente concurso os trabalhadores que tenham previamente constituído relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho por tempo indeterminado, por tempo determinado ou determinável.

#### 7 — Requisitos de admissão

7.1 — São requisitos gerais de admissão a concurso, definidos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Encontrar-se física e psiquicamente apto para o desempenho das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 — São requisitos especiais os referidos na alínea a), do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro:

- a) Posse do título profissional de enfermeiro;
- b) Detenção de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado, determinado ou determinável.

7.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados por tempo indeterminado, na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo, I. P. idênticos aos que, para cuja ocupação, se publicita o procedimento.

#### 8 — Prazo de validade

O presente recrutamento destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso (20), e para os que, precedido, de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pela Administração Pública, venham a ser considerados necessários nos serviços abrangidos pela ARS LVT, I. P., no prazo de 2 anos, contados da data da publicação da respectiva lista de classificação final.

#### 9 — Formalização das candidaturas

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures, Serviço de Recepção, sito na Urbanização Terraços da Ponte — 2685-101 Sacavém, no período compreendido entre as 9.00horas e as 12horas ou 14.30horas e as 17horas, ou remetido pelo correio, em carta registada para a mesma morada com aviso de recepção.

9.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, residência, código postal, telefone, número e data do Bilhete de Identidade e Serviço de Identificação que o emitiu), número da cédula profissional, número fiscal de contribuinte e situação militar, se for o caso disso;
- b) Pedido de admissão ao concurso com a indicação do *Diário da República*, número, série e data em que foi publicado o aviso;
- c) Habilitações Académicas;
- d) Habilitações Profissionais;

e) Outros dados relevantes que os candidatos entendam ser susceptíveis de contribuir para apreciação do seu mérito;

f) Documento comprovativo da existência e natureza do vínculo à Função Pública, categoria que detém, bem como antiguidade na categoria e na função pública e a avaliação de desempenho do último triénio;

g) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento.

9.3 — A candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

a) Cópia dos documentos de identificação (Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão; NIF)

b) Cédula Profissional da Ordem dos Enfermeiros válida, com a aposição de vinheta anual ou documento substitutivo que ateste a validade da inscrição na Ordem dos Enfermeiros;

c) 3 cópias do Currículo profissional detalhado, devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: habilitações literárias, funções que exercem e exerceram, bem como a formação profissional detida;

d) Documento comprovativo das habilitações literárias;

e) Documento comprovativo das habilitações profissionais, cursos e acções de formação com indicação das entidades promotoras e respectiva duração;

f) Declaração passada pelo órgão ou serviço onde exerce funções, da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, antiguidade na carreira e categoria de que o candidato seja titular e actividade que executa, bem como experiência profissional;

g) Outros documentos, considerados relevantes para análise da candidatura, que tenham mencionado no requerimento de candidatura, e não identificados no presente aviso.

9.3 — A apresentação dos documentos comprovativos das situações previstas nas alíneas b) a d) do n.º 7.1 do presente aviso é dispensada nesta fase, desde que o candidato declare, no requerimento de admissão ao concurso, sobre compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos.

9.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

9.5 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

#### 10 — Composição e identificação do Júri

O Júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

— Presidente: Cristina Alexandra Garcia de Albuquerque Brás, — Enfermeira Chefe do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures

1.ª Vogal Efectiva: Maria de Fátima Simões Aparício de Paiva Penedo, Enfermeira Chefe do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures;

2.ª Vogal Efectiva: Maria Alice Alves, Enfermeira Chefe do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures;

1.ª Vogal Suplente: Maria Paula Fernandes Page, Enfermeira Chefe do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures.

2.ª Vogal Suplente: Dulce Maria Gomes dos Santos Casaleiro, Enfermeira Especialista do Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI — Loures.

A Presidente do Júri será substituída nas suas faltas, férias e impedimentos, pela 1.ª Vogal Efectiva

#### 11 — Métodos de Selecção

11.1 — O método de selecção aplicável é a avaliação curricular, nos termos do n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, em conjugação com o n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, e com o artigo 21.º, da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

### ANEXO I

#### Grelha de Avaliação Curricular

Critérios a Classificar	Pontuação Total	Ponderação
1 — HA — Habilitações Académicas . . . . .	20	
1.1 Bacharelato em Enfermagem ou equivalente legal . . . . .		16
1.2 Licenciatura em Enfermagem ou equivalente legal . . . . .		17
1.3 Curso de Estudos Superiores Especializados em Enfermagem . . . . .		18

Crítérios a Classificar	Pontuação Total	Ponderação
1.4 Mestrado . . . . .		19
1.5 Pós-Graduação, só mais 1 ponto a somar aos já obtidos . . . . .		1
2 — NCE — Nota final obtida no Curso Superior de Enfermagem ou Equivalente. . . . .	20	
3 — EP — Experiência Profissional . . . . .	20	Até um máximo de 5 pontos
3.1 — Experiência Profissional no Serviço Nacional de Saúde por cada 6 meses pontua 0.5 . . . . .		
3.2 Experiência Profissional em Cuidados de Saúde Primários soma aos pontos obtidos em 3.1:		
< 12 meses . . . . .		2
≥ 1 ano e < 2 anos . . . . .		5
≥ 2 anos e < 3 anos . . . . .		7
≥ 3 anos e < 4 anos . . . . .		10
≥ 4 anos e < 5 anos . . . . .		13
≥ 5 anos . . . . .		15
4 — FP -Formação Profissional. . . . .	20	Até um máximo de 2 pontos
4.1 — Formações com a duração < 6 horas, 0.25 pontos por cada . . . . .		Até um máximo de 3 pontos
4.2 — Formações com a duração ≥ 6 horas, 0.5 pontos por cada . . . . .		Até um máximo de 6 pontos
4.3 — Formações com a duração ≥ 7 horas e ≤ 18 horas, 1 ponto por cada . . . . .		Até um máximo de 6 pontos
4.4 — Formações com a duração ≥ 19 horas e ≤ 42 horas, 1 ponto por cada . . . . .		Até um máximo de 6 pontos
4.5 — Formações com a duração > 42 horas 1 ponto por cada. . . . .		Até um máximo de 3 pontos
5 — OECR — Outros Elementos Considerados Relevantes. . . . .	20	5
5.1 — Sem Elementos Considerados Relevantes . . . . .		Acresce até 20 pontos
5.2 — Com elementos Considerados Relevantes, que somam sempre ao ponto 5.1: . . . . .		
5.2.1 — Participação em Jornadas, Simpósios e outros, como prelector ou participando na organização de eventos, 1 ponto por cada . . . . .		Até um máximo de 2 pontos
5.2.2 — Participação em grupos de trabalho e comissões, dentro da instituição, 0.5 ponto por cada . . . . .		Até um máximo de 2 pontos
5.2.3 — Participação em grupos de trabalho, no âmbito da Saúde/parcerias, fora da instituição, 0.5 pontos por cada . . . . .		Até um máximo de 1 ponto
5.2.4 — Orientação das actividades de formação de estudantes de enfermagem, bem como de Enfermeiros em contexto académico, 0.5 pontos por cada ensino clínico. . . . .		Até um máximo de 2 pontos
5.2.5 — Artigo/Trabalho escrito de âmbito científico, publicado, 1 ponto por cada. . . . .		Até um máximo de 2 pontos
5.2.6 — Formação em serviço como formador, 0,5 pontos por cada acção . . . . .		Até um máximo de 1 ponto
5.2.7 — Estágios efectuados noutras instituições/serviços, com uma duração mínima de 35h, 0.5 pontos cada. . . . .		Até um máximo de 1 ponto
5.2.8 — Elaboração e apresentação de posters, em eventos científicos, 0.5 pontos cada . . . . .		Até um máximo de 2 pontos
5.2.9 — Colaboração/Integração de novos elementos de enfermagem na Unidade de Cuidados. . . . .		2 pontos
6. — AC — Apresentação Curricular . . . . .	20	
6.1 — Forma: Elaborado a 1,5 espaços, com letra 11/12 até ao limite de 10 páginas, com os anexos correctamente referenciados no texto. . . . .		5
6.2 — Apresentação: Introdução; Justificação; Objectivos. . . . .		5
6.3 — Conteúdos: Fundamentação; Sequência Lógica e cronológica; Terminologia adequada. . . . .		5
6.4 — Conclusão: Projectos e interesses para o futuro, adequados ao lugar a que se candidata. . . . .		5

A avaliação curricular visa avaliar a qualificação profissional dos candidatos, ponderando, de acordo com as exigências da função, a habilitação académica, a formação profissional, a experiência profissional e outros elementos considerados relevantes.

11.2 — A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultante da média ponderada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(3 \times HA) + (3 \times NCE) + (6 \times EP) + (3 \times FP) + (3 \times OECR) + (2 \times AC)}{20}$$

Em que:

CF — Classificação Final

HA — Habilitações Académicas

NCE — Nota final obtida no Curso de Enfermagem

EP — Experiência Profissional

FP — Formação Profissional

OECR — Outros elementos considerados relevantes, relacionado com a área de trabalho a que se candidata

AC — Apresentação Curricular

11.3 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11.4 — Considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9.5 valores.

11.5 — As listas de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República*, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 33.º e no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e afixadas na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., na Avenida Estados Unidos da América n.º 75 — 1749-096 Lisboa.

12 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, o presente aviso será publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, por extracto, em jornal de expansão nacional, e ainda na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e no portal da internet desta Administração Regional de Saúde, ([www.arslvt.min-saude.pt](http://www.arslvt.min-saude.pt)).

Lisboa, 23 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes.

203553765